

PERCEPÇÃO DO CUIDADOR EDUCACIONAL SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI/BA

PERCEPTION OF THE EDUCATIONAL CAREGIVERS ON THE INCLUSION PROCESS OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN PUBLIC EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF CAMAÇARI/BA

Michele SILVA¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral conhecer a percepção do cuidador educacional sobre o processo de inclusão das crianças com deficiência no ensino público do município de Camaçari/BA. O interesse pela investigação partiu da experiência profissional enquanto cuidadora educacional no município de Camaçari/BA desde 2019 junto a crianças com deficiência matriculadas nas classes regulares. Por meio deste, foram coletados dados, no que tange a percepção do cuidador educacional sobre o processo de inclusão das crianças com deficiência no ensino público. Identificou-se a importância da construção do vínculo entre cuidador-cuidando no processo de desenvolvimento da aprendizagem, bem como a necessidade de quebra da resistência dos docentes a inclusão das pessoas com deficiência na escola.

Palavras-Chave: Cuidador Educacional; Educação inclusiva; Educação Especial.

ABSTRACT: This article aims to understand the perception of educational caregivers about the process of inclusion of children with disabilities in public education in the city of Camaçari/BA. The interest in the investigation came from her professional experience as an educational caregiver in the municipality of Camaçari/BA since 2019 with children with disabilities enrolled in regular classes. Through this, data were collected regarding the educational caregiver's perception of the process of inclusion of children with disabilities in public education. The importance of building the link between caregivers and caregivers in the learning development process was identified, as well as the need to break the resistance of teachers to the inclusion of people with disabilities in school.

Keywords: Educational Caregiver; Inclusive education; Special education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vincula-se a temática Educação Especial e Inclusiva com ênfase no papel do cuidador educacional. A Educação Especial constitui uma modalidade de educação escolar prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei 9.394/96, e é nela que se insere este profissional definido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência como “profissional de apoio escolar”.

¹ Especialista em Educação Especial pela Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU). Licenciada em Pedagogia e Bacharela em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL). E-mail: michele.ocs@gmail.com

Justifica-se a elaboração deste estudo exploratório, pois a inserção dos cuidadores educacionais no ensino público constitui algo novo para grande parte dos municípios. No município de Camaçari, por exemplo, estes profissionais começaram a atuar em 2019, conforme edital da Prefeitura Municipal de Camaçari N° 001/2019 que dispôs sobre a contratação em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). De modo que constitui uma atuação recente e que possui poucos estudos nesse campo.

O interesse pelo estudo partiu da experiência profissional enquanto cuidadora educacional no Município de Camaçari/BA desde 2019 junto a crianças com deficiência matriculadas nas classes regulares da rede regular de ensino público. Diante do exposto, o problema de pesquisa que instigou esta investigação consiste na seguinte pergunta: Como está ocorrendo o processo de inclusão das crianças com deficiência na percepção dos cuidadores educacionais do ensino público do Município de Camaçari?

Para responder o problema, a pesquisa teve como objetivo geral conhecer a percepção do cuidador educacional sobre o processo de inclusão das crianças com deficiência no ensino público do Município de Camaçari/BA. Elencou-se como objetivos específicos: levantar as principais atividades realizadas pelo cuidador educacional nas escolas municipais de Camaçari/BA; identificar como a atuação do cuidador contribui para o desenvolvimento da criança com deficiência no ensino público; identificar os principais desafios na inclusão das crianças com deficiência nas salas comuns do ensino regular na percepção dos cuidadores.

Quanto à estrutura, este trabalho dispõe de três capítulos além da introdução. O primeiro capítulo, apresenta como se deu a inclusão das pessoas com deficiência nas classes regulares no Brasil e de que forma o Estatuto da Pessoa com Deficiência define o papel do cuidador. No segundo capítulo, busca-se expor como está sendo a atuação do cuidador no Município de Camaçari/Ba. No terceiro capítulo, apresenta-se a análise dos dados a partir do questionário realizado com uma amostra dos cuidadores educacionais do município. Por fim, esboçam-se as considerações finais.

MÉTODOS

Quanto ao percurso metodológico, o estudo caracteriza-se por uma pesquisa do tipo exploratória tendo como universo os cuidadores educacionais contratados em Processo Seletivo Simplificado pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) no Município de Camaçari/BA em 2019. Optou-se pela realização de uma pesquisa de campo com a utilização dos instrumentos de coleta a partir das fontes primárias, tais como: questionários on-line e registro das

atividades realizadas pela pesquisadora. As fontes secundárias baseiam-se nas publicações em artigos, livros, sites de pesquisa entre outras fontes bibliográficas.

Para fundamentar este estudo, inicialmente, buscou-se identificar os dispositivos legais que tratam da atuação do cuidador educacional nas classes comum do ensino regular. Em seguida autores que discutem a inclusão das pessoas com deficiência na educação, tais como: Fávero (2004), Kassar (2011), Mantoan (2003) e Silva (2010).

Para este estudo definiu-se como universo da pesquisa os cuidadores educacionais convocados em Processo Seletivo Simplificado pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) no Município de Camaçari/BA que iniciaram a atuação em 2019 a partir do edital Nº 01/2019. Em 2020, o município conta com aproximadamente 40 cuidadores que atuam nas regiões da Sede, Abrantes e Monte Gordo. A pesquisa utilizou como tipo de amostra a não-probabilística intencional que conforme Gil (2008) “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2008, p. 94).

A coleta de dados utilizou a ferramenta on-line formulários do Google, pela qual foi criado um questionário semiestruturado. Os dados inseridos pelos entrevistados no formulário foram tabulados e analisados por meio de procedimentos metodológicos da análise de conteúdo a partir da perspectiva qualitativa. Segundo Minayo (2009) “através da análise de conteúdo podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que é comunicado” (MINAYO, 2009, p. 84). Para isso o estudo utilizou os procedimentos de categorização, inferência, descrição e interpretação.

RESULTADOS/DISCUSSÕES

A educação Especial no Brasil numa perspectiva inclusiva teve início no Brasil a partir da década de 1990. Antes, o modelo educacional foi marcado pela segregação das pessoas com deficiência no processo educacional. A inclusão educacional possibilitou a este público não só o acesso à educação em classes regulares, mas o início de um processo de transformação das metodologias de ensino destinadas ao atendimento das necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Neste contexto, destaca-se a inserção de uma nova categoria profissional, para além dos docentes, que são os profissionais de apoio escolar, conhecidos como “cuidadores educacionais”.

Segundo Silva (2010) a Educação Especial no Brasil foi marcada, inicialmente, pela segregação, tendo início na segunda metade do século XIX. As pessoas com deficiência eram excluídas do processo de escolarização. Silva (2010) apud Mazotta (2005) ressalta que durante todo

século XIX, as iniciativas, destinadas as pessoas com deficiência eram isoladas. Na década de 1930, nota-se o surgimento de instituições especializadas no atendimento as necessidades das pessoas com deficiência. Este período da história ficou conhecido como período de institucionalização.

A organização de instituições filantrópicas possibilitou o surgimento de um movimento pela integração escolar, a partir da década de 1960. Conforme, Silva (2010, p. 54): “Dessa forma, no Brasil, assim como em diferentes países, dispositivos legais começam a ser reprovados garantindo para a pessoa com deficiência o direito de frequentar as classes comuns das escolas regulares.”

Contudo, a integração escolar atribuía ao aluno a responsabilidade em se adequar a sala de aula e não previa a reestruturação do sistema educacional. De modo que, a partir da década de 1990, cresce o movimento pela inclusão escolar. Este movimento, passa a defender uma adequação do sistema educacional para atendimento das necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Silva (2010) destaca que,

A inclusão escolar vai muito além da questão da inserção do aluno com necessidades educacionais especiais no sistema. Trata-se de um processo que exige o questionamento e revisão de posturas e práticas que há muito tempo vinham sendo desenvolvidas no ambiente no ambiente escolar (SILVA, 2010, p. 99).

Segundo Mantoan (2003) a inclusão escolar é um conceito amplo e que não se restringe as pessoas com deficiência, e sim a todos os alunos, sem exceção. Portanto, a inclusão escolar considera a diversidade dos estudantes e suas necessidades. A autora defende que a inclusão exige uma transformação de perspectiva educacional, “pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 2003. p. 16).

Este mesmo aspecto está previsto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que defende o direito de todos os estudantes ao acesso à educação escolar, ou seja, “o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008. p. 5).

Nessa perspectiva a escola deve estar aberta a todos os estudantes independente de sexo, classe social, cor da pele, origem e tipo de deficiência. Acolhendo a diversidade, a escola enriquece o seu currículo e possibilita a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender as diferenças e desconstruir preconceitos. Para Fávero (2004):

A escola que se organiza para receber apenas alunos com determinado nível de desenvolvimento intelectual exclui até mesmo pessoas sem nenhum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial (são poucos os que terminam o

curso na mesma escola); cria situações odiosas de competição entre alunos de uma mesma turma; privilegia tanto a transmissão de conhecimentos que se esquece do desenvolvimento humano; prejudica o futuro pessoal e profissional do indivíduo (FÁVERO, 2004, p. 28).

Segundo Fávero (2004) a formação cidadã passa pelo exercício da liberdade em que se considera o reconhecimento da diversidade na qual todos possuem direitos e estes devem refletir na forma com que as instituições de ensino se organizam. A autora defende a “escola da liberdade”, uma escola que “considera o ritmo e as aptidões de cada indivíduo e oferece condições para que todos nela permaneçam e progridam. Não espera colocá-los em padrão. Numa escola assim, as pessoas com deficiência são naturalmente acolhidas” (FÁVERO, 2004, p. 2).

No Brasil, a implantação de uma política de educação inclusiva tem início no ano de 2003 durante o Governo Lula. Anteriormente, o sistema educacional caracterizava-se pelo atendimento, prioritariamente, em instituições especializadas. Conforme Kassar (2011), em 2003 o Governo Federal é pressionado a ofertar atendimento aos estudantes com deficiência dando início a “matrícula dessa população em salas comuns de escolas públicas, acompanhado (ou não) de um atendimento educacional especializado, prioritariamente na forma de salas de recursos multifuncionais” (KASSAR, 2011, p. 72). As medidas para a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino foram delineando a construção de uma política de Educação Inclusiva que começa a se materializar por meio de programas que visam atender as demandas desse público.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Em 2015, o Estatuto da Pessoa com deficiência estabeleceu entre os direitos fundamentais: o direito à Educação, pelo qual o poder público é responsável por garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como oferta de profissionais de apoio escolar.

A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que ficou conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e visa “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades

fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

O Estatuto esclarece quem são as pessoas com deficiência amparadas pela lei e quais os direitos previstos para este público. No âmbito dos Direitos Sociais, destaca-se o Capítulo IV em que trata do Direito a Educação.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

De forma que no Art. 28 reforça que incumbe ao poder público assegurar oferta de profissionais de apoio escolar que conforme o Cap. I, Art. 3º, inciso XIII refere-se a:

[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

Vale ressaltar que a profissão de cuidador ainda não é regulamentada, visto que o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016 (nº 1.385/2007, na Casa de origem), que "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências" foi vetado integralmente pelo Presidente da República.

Contudo, em seus estudos Lima (2018) identificou que a atuação do cuidador no âmbito escolar para crianças com deficiência possui diferentes terminologias nas legislações educacionais existentes no Brasil. Tais como: apoio especializado, apoio especializado pedagógico, profissionais da educação, monitor ou cuidador de alunos com necessidade de apoio, profissionais de apoio, acompanhante especializado, serviços especializados e profissional de apoio escolar. À exemplo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008),

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, p. 17).

Nota-se que a este profissional atribui-se como principal função dar apoio as demandas dos estudantes com deficiência, visando contribuir com o processo de inclusão na escola. Este apoio é definido no Estatuto da Pessoa com Deficiência nas áreas da alimentação, higiene e locomoção. Porém, a aproximação deste profissional no cotidiano escolar gera vínculo e também conhecimentos sobre as necessidades educacionais deste aluno. De modo que, o docente constrói

uma relação de mediação para melhor adaptar as atividades e conseqüentemente no desenvolvimento dos estudantes. Conforme afirma Lima (2018),

Sendo assim, os cuidadores podem passar a exercer função no processo de mediação da aprendizagem em conjunto com o professor da turma, uma vez que acompanham as crianças durante todo o seu percurso escolar, mesmo não tendo uma formação específica para essa etapa. (LIMA, 2018, p. 119).

Isto demonstra a relevância deste profissional no contexto escolar, já que além de contribuir para o processo de autonomia do estudante no ambiente escolar também favorece nas intervenções pedagógicas que contribuirão para a sua aprendizagem como afirma Silva (2018, p.40) “Esses profissionais são de suma importância haja vista que eles não atuam somente na higiene, alimentação e locomoção, atuam também sempre que necessário em sala de aulas orientando os educandos em seus deveres de casa”. Segundo a autora, os cuidadores não podem estar dissociados da dimensão escolar, já que estão intrinsecamente ligados ao processo de ensino-aprendizagem, trabalhando em parceria com os professores.

Segundo dados do Censo escolar (INEP, 2019), a rede municipal de ensino de Camaçari possuía no ano de 2019, 32.337 estudantes matriculados na educação básica, incluindo área urbana e rural. Destes 407 são estudantes com deficiência matriculados na Educação Especial em Classes Comuns em tempo Integral e Parcial. Em 2020, o município de Camaçari conta com aproximadamente 40 cuidadores que atuam nas regiões da Sede, Abrantes e Monte Gordo. Destes 16 responderam ao formulário da pesquisa sendo 12 da Sede, 3 em Abrantes e 1 de Monte Gordo o que correspondeu a um número maior de entrevistados do que havia sido previsto no projeto de pesquisa. O objetivo deste instrumento foi identificar os principais desafios na inclusão das crianças com deficiência nas salas comuns do ensino regular na percepção dos cuidadores.

Quanto ao perfil dos cuidadores identificou-se que 12,5% possuem de 18 a 24 anos, 37,5% 36 a 50 anos e 50% 25 a 35 anos. 75% são do sexo feminino e 25% do sexo masculino. Com relação a cor/etnia: 12,5% branco, 25% negro e 62,5% pardo. 68,8% residem em Camaçari e 31,3% em Salvador. No que se refere a escolaridade: 18,8% possuem Ensino Médio Completo; 18, 8% Ensino Superior Incompleto e 62,5% Ensino Superior Completo.

Nota-se que o perfil do profissional que atua como cuidador educacional em Camaçari é composto, principalmente, por mulheres na faixa etária de 25 a 35 anos, pretas ou pardas, com nível Superior de escolaridade e residentes em Camaçari. Destaca-se aqui o nível de escolaridade destes cuidadores, visto que os requisitos do cargo definido em edital exigem o Ensino Médio Completo sendo que houve uma grande procura por pessoas com nível Superior.

Por meio deste dado pode-se inferir que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho tenha refletido na procura deste público em um cargo fora da sua área de formação. Vale ressaltar

que a pesquisa revelou que 100% dos cuidadores de Camaçari nunca atuaram anteriormente como cuidador educacional. Segundo matéria publicada em 2019 (ano em que foi realizado o processo seletivo em Camaçari) pelo Jornal Folha de São Paulo, dois de cada dez trabalhadores com Ensino Superior estão em função de baixa qualificação mesmo havendo um crescimento no número de pessoas com Ensino Superior Completo. O levantamento feito pelo Folha de São Paulo revelou ainda:

[...] tendência de inserção precária dos profissionais qualificados no mundo do trabalho. Trata-se da busca de refúgio de muitos desses trabalhadores em postos que exigem menos anos de escolaridade e menos qualificação. (...) Entre 2013 e 2018, o mercado de trabalho formal absorveu quase 1,7 milhão de trabalhadores com diploma universitário. Desse total, 318 mil aceitaram vagas em uma das 50 ocupações que mais empregavam trabalhadores com ensino fundamental completo ou médio incompleto [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Quanto à formação para atuação como cuidador: 100% participaram de curso de formação. 93,8% possuem apoio da coordenação pedagógica ou direção da escola e 100% afirmaram que possui suporte do Município de Camaçari para formação continuada (cursos, palestras etc.). Nota-se que há uma preocupação do Município com a qualificação destes profissionais, principalmente, porque é a primeira vez que são contratados cuidadores para atuação na rede de ensino.

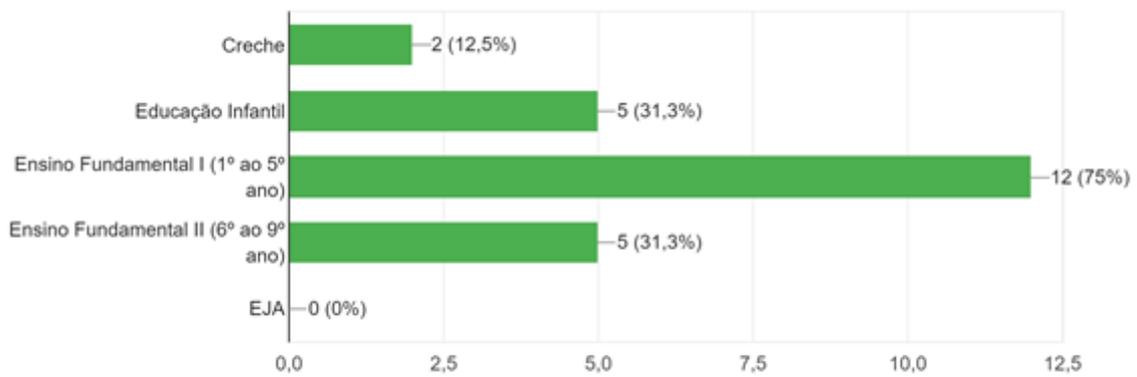
O papel do cuidador conforme o Art. 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência está associado as atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência na escola, em todos os níveis e modalidades de ensino. Para tanto, é fundamental que este profissional conheça as singularidades de cada tipo de deficiência para uma atuação mais qualificada, bem como é importante se apropriar da dinâmica escolar e principalmente da mediação entre família e escola, já que o cuidador estará muito próximo do estudante, possibilitando um maior conhecimento das habilidades e dificuldades existentes e que implicam no seu desenvolvimento cognitivo, motor e social. Nesse sentido Silva (2018) ressalta que,

A sua função no acompanhamento das demandas pedagógicas das crianças nos espaços escolares tem sido marcante pois as orientações para o exercício funcional garantem o acompanhamento em todas as ocasiões em que se fizerem necessários. O cuidador escolar está inserido interdisciplinarmente em diversas áreas do conhecimento, desse modo não podemos dissociar sua função da dimensão escolar, eles estão ligados no processo ensino-aprendizagem, trabalhando em conjunto com todos os professores (SILVA, 2018, p. 38).

Logo, nota-se a relevância deste profissional não apenas nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, mas também naquelas que interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência em sala de aula, já que como será apresentado no próximo tópico, os cuidadores também auxiliam nas atividades escolares e na relação família-escola.

Os cuidadores atuam em diferentes níveis e modalidades de Ensino. No município de Camaçari, os cuidadores estão inseridos na Educação Básica desde a creche até o ensino fundamental II, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O gráfico 1 apresenta em qual segmento de ensino os participantes do estudo atuam:

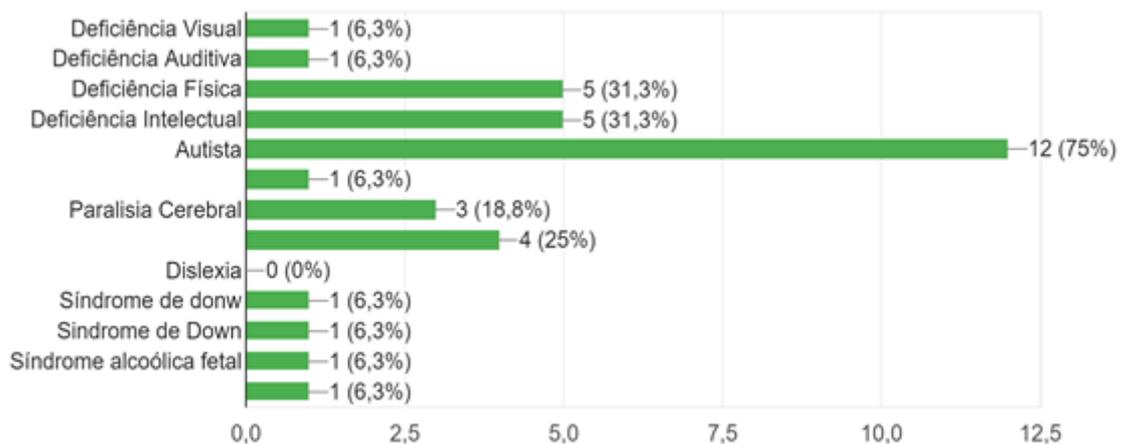
Gráfico 1: Segmento de ensino que atuam.



Fonte: A Autora (2022).

A Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional define no Art. 58 os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação como o público-alvo da Educação Especial. A pesquisa junto aos cuidadores educacionais de Camaçari identificou os tipos de deficiência dos estudantes atendidos:

Gráfico 2: Tipo de deficiência do estudante.



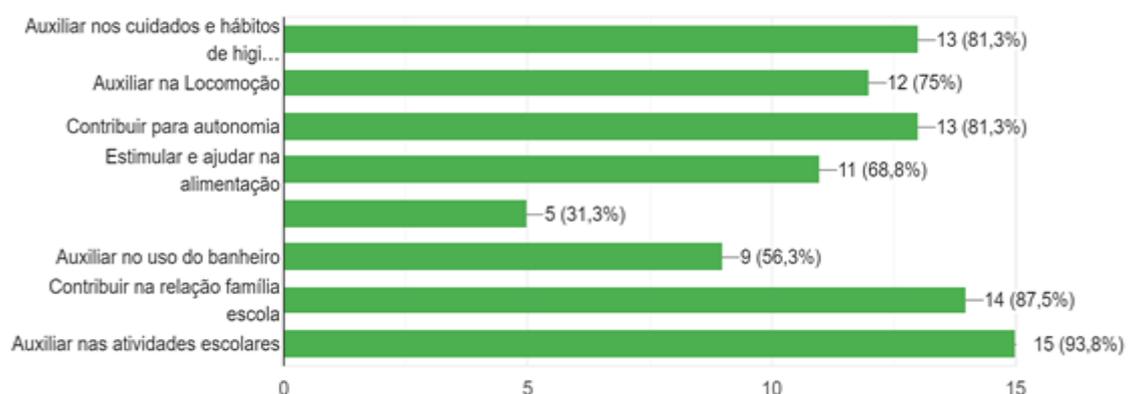
Fonte: A Autora (2022).

Observa-se que um elevado número de estudantes com Autismo 75%, seguido por Deficiência Física e Deficiência Intelectual com 31% e Deficiência Visual e Auditiva 6,3%. Vale ressaltar que os cuidadores marcaram mais de uma opção em alguns casos, visto que existem estudantes com mais de um tipo de deficiência. Os dados apontam a importância da formação do cuidador para atendimento das necessidades de cada estudante de acordo com as suas especificidades. No Município de Camaçari o Edital N°01/2019 estabeleceu em seu capítulo I quanto as atribuições do cuidador:

Acompanhar e auxiliar o aluno com deficiência severamente comprometida no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ele tenha suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) satisfeitas, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma; atuar com ela entre a pessoa cuidada, a família e a equipe da escola; escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada; auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene; estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares; auxiliar na locomoção; realizar mudanças de posição para maior conforto do aluno; comunicar à equipe da escola sobre quaisquer alterações de comportamento do aluno cuidado que possam ser observadas; acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas do aluno com deficiência durante a permanência na escola (CAMAÇARI, 2019).

Nota-se que o cuidador educacional é responsável pelo atendimento das necessidades básicas dos estudantes com deficiência na escola como: higiene, alimentação e locomoção. O acompanhamento deste profissional na escola contribui para que os pais se sintam mais confiantes em deixar seus filhos na escola, visto que alguns possuem comprometimentos severos e que exigem um cuidador mais especializado. Outro benefício é que o cuidando terá uma maior participação nas atividades escolares, contribuindo para o processo de inclusão escolar. Diante disso questionou-se aos cuidadores quais eram as suas principais atividades:

Gráfico 3: Principais atividades enquanto cuidador(a).



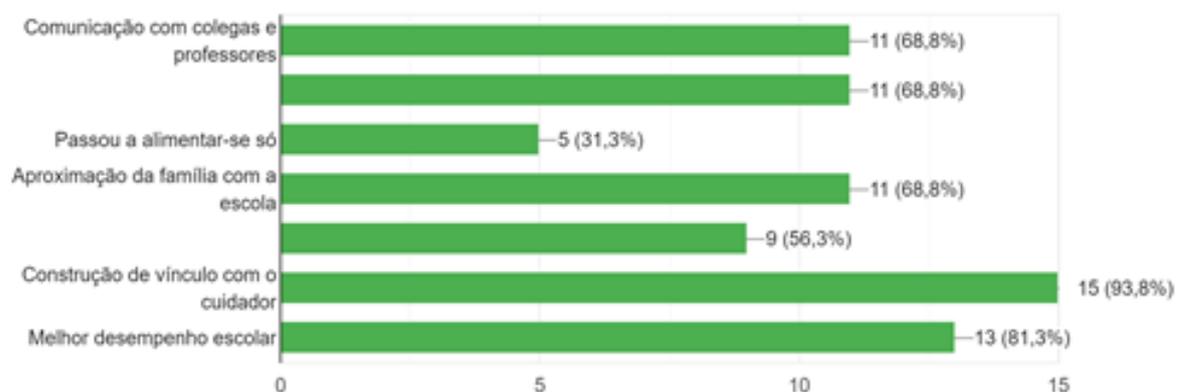
Fonte: A Autora (2022).

O gráfico 3 demonstra que “Auxiliar nas atividades escolares” está no topo das ações realizadas pelo cuidador na escola com o percentual de 93,8%. Percentual que ratifica o pensamento Lima (2018), citado anteriormente, em que a autora ressalta a função mediadora do cuidador no processo de aprendizagem em conjunto com o professor, já que “acompanham as crianças durante todo o seu percurso escolar, mesmo não tendo uma formação específica para essa etapa”. (LIMA, 2018, p.119). Nesse sentido, Lima (2018) considera que os cuidadores precisam se apropriar dos elementos que fundamentam a modalidade de educação especial que determinam sua prática junto aos estudantes.

Diante do que foi exposto até o momento sobre o papel do cuidador no processo de inclusão das pessoas com deficiência na educação regular é notório perceber as contribuições deste profissional para o desenvolvimento do educando e atendimento as suas necessidades específicas. Neste tópico são elencados quais as contribuições e dificuldades percebidas pelos cuidadores do Município de Camaçari no trabalho junto aos estudantes com deficiência.

Para identificar as contribuições no desenvolvimento dos estudantes foram elencadas algumas ações que favoreceram neste processo. O estudo identificou que a construção do vínculo com o cuidando correspondeu a 93,8%, ou seja, o principal fator observado pelos cuidadores para o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Outro fator percebido foi um melhor desempenho escolar com 81,3%.

Gráfico 4: Contribuições no desenvolvimento dos estudantes.



Fonte: A Autora (2022).

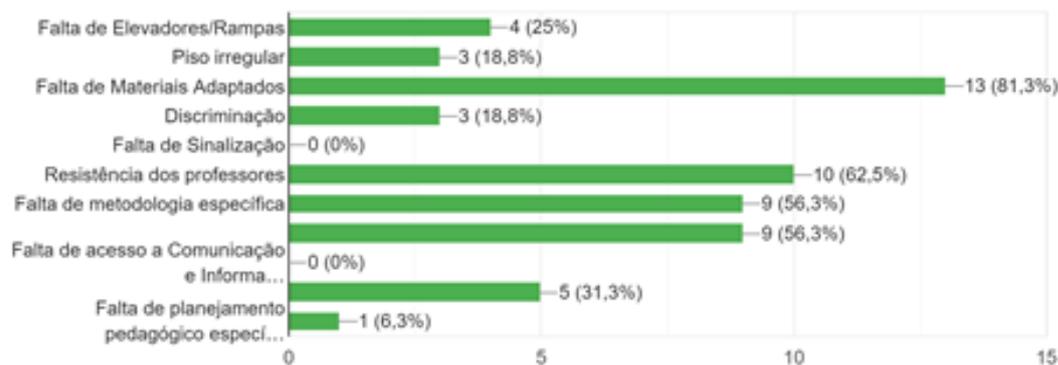
Os dados apontam que o estabelecimento da afetividade na relação cuidador-cuidando refletiu no melhor desempenho escolar dos estudantes. Para Davis e Oliveira (1994, p. 84), “o afeto pode, assim, ser entendido como a energia necessária para que a estrutura cognitiva, passe a operar. E mais: ele influencia a velocidade com que se constrói o conhecimento, pois quando as pessoas se sentem seguras, aprendem com mais facilidade”.

As dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência podem ser aumentadas ou diminuídas a partir das barreiras impostas pela sociedade que refletem na sua participação plena e efetiva em igualdade de condições com as demais pessoas. A Lei 13.146 de 2015 define barreiras como:

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

O gráfico 5 apresenta as principais barreiras vivenciadas pelos estudantes com deficiência a partir do olhar dos cuidadores:

Gráfico 5: Principais dificuldades vivenciadas pelo(s) cuidando(s) na escola.



Fonte: A Autora (2022).

O gráfico demonstra que a falta de materiais adaptados corresponde a 81,3% das dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência nas escolas. Realidade que vai de encontro a perspectiva da Educação Inclusiva, o que ratifica o pensamento de Silva (2010) quando diz que “o sistema educacional precisa ser reestruturado para atender as necessidades dos alunos e, conseqüentemente, proporcionar meios para que esses alunos alcancem progressos escolares e sucesso acadêmico” (SILVA, 2010, p. 98).

A resistência dos docentes foi apresentada por 62,5% dos cuidadores seguido pela falta de metodologia específica com 53,6%. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) referenciada pela Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, “as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008).

Esta Resolução busca garantir a formação do docente para atuação de forma qualificada diante das necessidades dos estudantes com deficiência. Contudo, Kassar (2004) sinaliza que apesar da ser um direito do homem, infelizmente, na maioria das escolas a realidade é outra, pois este direito é garantido para aqueles estudantes que acompanham a turma, ou seja, “do aluno que não apresenta nenhum tipo de necessidade mais específica” (KASSAR, 2004, p. 32).

Assim, ao retomarmos a pergunta que norteou esta pesquisa: Como está ocorrendo o processo de inclusão das crianças com deficiência na percepção dos cuidadores educacionais do ensino público do Município de Camaçari? Os resultados deste estudo apontam para a necessidade de ações que vão além da contratação de cuidadores educacionais para as escolas. Observou-se que a inserção destes profissionais no contexto da Educação Inclusiva apresentou resultados favoráveis, principalmente, quanto um melhor desempenho escolar destes estudantes, além de uma maior aproximação da família com a escola.

Contudo, problemas antigos que envolvem a falta de investimento em material didático adaptado e a não aceitação da deficiência pelos docentes continuam sendo barreiras para o avanço da Educação Inclusiva. Isto exige cada vez mais ações de formação continuada para diminuição das barreiras atitudinais, barreiras estas que reforçam o preconceito, a discriminação e a opressão pela deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho está vinculado ao campo de estudo da Educação Especial Inclusiva, tendo como objetivo conhecer a percepção do cuidador educacional sobre o processo de inclusão das crianças com deficiência no ensino público do Município de Camaçari/BA. Para tanto, questionou-se: como está ocorrendo o processo de inclusão das crianças com deficiência na percepção dos cuidadores educacionais do ensino público do Município de Camaçari?

Inicialmente, procurou-se contextualizar a inclusão das pessoas com deficiência nas classes regulares no Brasil, marcada pela segregação e exclusão das pessoas com deficiência do processo de escolarização. Destacou-se o período de institucionalização e o movimento de integração escolar, movimentos estes que antecederam as iniciativas de inclusão escolar iniciadas a partir de 2003.

Procurou-se compreender quem é o cuidador educacional, considerando o que diz o Estatuto da Pessoa com Deficiência, além de apresentar quais as principais atividades previstas para este profissional no Município de Camaçari, campo de estudo desta pesquisa. A coleta de dados foi realizada com 16 cuidadores por meio de questionário on-line. Identificou-se que o perfil

profissional é composto, principalmente, por mulheres na faixa etária de 25 a 35 anos, pretas ou pardas, com nível Superior de escolaridade e residentes em Camaçari.

A pesquisa revelou que apesar do papel do cuidador está associado as atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência na escola, auxiliar nas atividades escolares está no topo das ações realizadas pelo cuidador na escola com o percentual de 93,8%. Os dados apontaram que o estabelecimento de uma relação de afetividade na relação cuidador-cuidando refletiu no melhor desempenho escolar dos estudantes.

Quanto aos desafios na inclusão das crianças com deficiência nas salas comuns do ensino regular, os cuidadores apontaram a falta de materiais adaptados, a resistência dos docentes e a falta de metodologia específica como os principais entraves a inclusão. Isto demonstra o quanto ainda é necessário avançar para a efetivação do direito à educação às pessoas com deficiência mesmo diante das legislações vigentes.

Desse modo, quanto ao problema de pesquisa aqui proposto, o estudo identificou a importância da construção do vínculo entre cuidador-cuidando no processo de desenvolvimento da aprendizagem, bem como a necessidade de quebra da resistência dos docentes a inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (*Estatuto da Pessoa com Deficiência*). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. MEC. SEESP. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CAMAÇARI. *Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS Nº 001/2019*. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/edital-pss-reda-seduc-12-03-19.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma de. *Psicologia na educação*. 2 ed. rev. (Coleção Magistério. Série Formação do Professor). São Paulo: Cortez, 1994.

FÁVERO. Eugênia Augusta Gonzaga. *Direito à Educação das Pessoas com Deficiência*. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 27-35, jul./set. 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Dobra o número de pessoas com faculdade sem emprego ou em trabalho precário*. Publicado em: 10.nov.2019 às 2h00. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/dobra-o-numero-de-pessoas-com-faculdade-sem-emprego-ou-em-trabalho-precario.shtml>> Acesso em: 08 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 11 out. 2020.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. *Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola*. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13041>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?*, São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Aline Maira. *Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos*. Curitiba: IBPEX, 2010.

SILVA, Sayonara Meireles da. *Educação Inclusiva: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência. Trabalho de Conclusão de Curso*. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14174/1/SMS03122018.pdf> Acesso em: 16 mar. 2021.